

CONSIDERAÇÕES SOBRE AUTISMO-INCLUSÃO. A RELEVÂNCIA DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Eixo Temático: A pessoa com autismo e o direito à educação especializada

PEREIRA, Ana Karina da Silva Moura

Professora da APAE de São José dos Campos

Psicopedagoga Clínica e Institucional

Pós-Graduada em: Educação Especial e AEE; Alfabetização e Letramento e Autismo.

anakpsicopedagogasjc@gmail.com

RESUMO: A abordagem da educação inclusiva indica uma participação genuína e comprometida de todos os membros da comunidade, na construção de um projeto escolar que responda às diversas necessidades dos alunos e seus contextos, para que todos aprendam juntos, independentemente de suas condições pessoais, sociais ou culturais. Isso significa transformar a escola em uma verdadeira comunidade de aprendizagem que assume o respeito pela diversidade como seu valor fundamental. Por conseguinte, o modelo educacional sugerido por leis e normas e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem a inclusão como princípio norteador do desenvolvimento do aluno nas escolas brasileiras. Esta tem como objetivo básico expandir e entender de maneira clara e concisa sobre a condição do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), bem como apontar algumas recomendações para sua atenção dentro e fora do ambiente da sala de aula, enfatizando que não existem receitas ou instruções infalíveis, pois depende sempre do contexto do aluno, da escola, da família e da comunidade. Por fim, serão apresentadas algumas competências e considerações em que os professores podem se apoiar para acompanhar e promover o processo de aprendizado de um aluno autista.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Inclusão; Escolar; Social.

INTRODUÇÃO

Como princípio norteador, a inclusão recomenda a construção gradual de uma instituição/ escola que adote valores e práticas inclusivas, formando – juntamente com os professores de toda a instituição escolar, seja ela regular ou de educação especial – uma oferta educacional baseada em seus conhecimentos e necessidades; gerando condições e mecanismos para tornar essa oferta de formação humana acessível, independentemente de suas circunstâncias pessoais e profissionais, ou seja, garantindo oportunidades iguais para que todos os professores possam adquirir e desenvolver os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que permitir-lhes exercer com responsabilidade sua profissão.

Para Chiote (2015), a inclusão educacional como caráter de formação e pesquisa, representa uma área de oportunidade para instituir um programa de pesquisa e profissionalização que contextualize os problemas em cada região, que aborda as várias arestas do conceito de educação inclusiva, como os alunos autistas, mas também direitos humanos, educação intercultural com perspectiva de gênero, modelos de atendimento em contextos de pobreza, educação de pessoas com deficiência e população migrante.

Para apoiar professores e outros profissionais em educação na construção de um modelo escolar inclusivo e atenção à diversidade, no contexto do que sugere as normas educativas para a educação inclusiva de crianças com TEA, torna-se cada vez mais imprescindível uma melhor formação do corpo docente das escolas do país.

A teorização da presente pesquisa tem como metodologia a pesquisa teórico-bibliográfica, descritiva, baseada na pesquisa em livros, artigos, revistas, observações e análises sobre o tema abordado. Segundo Demo (1994, p. 20), “a pesquisa teórica não implica imediata intervenção na realidade, mas nem por isso deixa de ser importante, pois seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção”. Assim sendo, se baseia em um contexto teórico e seu propósito fundamental consiste em desenvolver uma pesquisa por meio de ampliar generalizações ou princípios já pesquisados sobre o tema do autismo e inclusão.

DESENVOLVIMENTO

A definição de autismo pode ser encontrada em dois manuais validados internacionalmente: a Classificação Internacional de Doenças CID-10¹ (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V 2014). Existem diferenças importantes entre as definições desses manuais, que não apenas permanecem no campo semântico, mas na classificação e rotulagem da condição e, portanto, do sujeito. Enquanto na CID-10 a definição é encontrada nos transtornos mentais, no DSM-V é colocada nos distúrbios do neurodesenvolvimento.

De maneira simples, podemos defini-lo como um conjunto de distúrbios complexos do desenvolvimento neurológico, caracterizados por dificultar as relações sociais, alterando a capacidade de comunicação; gerando padrões de comportamento estereotipados, restritos e repetitivos.

¹ A CID-10 foi conceituada para padronizar e catalogar as doenças e problemas relacionados a saúde, tendo como referência a Nomenclatura Internacional de Doenças, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde. Fonte: DATASUS. Disponível em: <https://iclinic.com.br/cid/f84/>

O uso do termo "transtorno" favorece o risco de patologizar as pessoas, além de restringir a perspectiva apenas ao clínico, por alguns autores como Silva (2012) e Cunha (2016) entre outros, os quais tendem a conceber o autismo em termos de uma condição, na qual a pessoa deve ser entendida como parte da diversidade social e de uma abordagem socioeducativa.

O conceito de autismo, tanto na CID-10 quanto no DSM-V (2014), está construído a partir de uma perspectiva clínica e é usado para fazer um diagnóstico. As definições na CID-10 são:

Autismo na infância. É um tipo de distúrbio generalizado de desenvolvimento caracterizado por: a) presença de um desenvolvimento anormal ou comprometido que se manifeste antes dos 3 anos de idade. b) funcionamento anormal nas três áreas da psicopatologia: interação social recíproca; comunicação e comportamento restrito, estereotipado e repetitivo. Além desses recursos de diagnóstico específicos, uma variedade de outros problemas não específicos é comum, como fobias, distúrbios do sono e ingestão de alimentos; birras e agressões ou autoagressões. Síndrome de Asperger. Desordem de validade nosológica duvidosa, caracterizada pelo mesmo tipo de deterioração qualitativa da interação social recíproca que caracteriza o autismo, juntamente com um repertório de interesses e atividades restringidas, estereotipadas e repetitivas. Difere do autismo fundamentalmente devido ao fato de não haver atraso geral ou atraso no desenvolvimento da linguagem ou no desenvolvimento intelectual. Esse distúrbio é frequentemente associado a uma falta de jeito acentuada. Existe uma forte tendência para que as anormalidades persistam pela adolescência e idade adulta. Episódios psicóticos ocorrem ocasionalmente no início da idade adulta (BRASIL, 2013, p. 35).

O DSM-V (2014) substituiu quatro desses subtipos (transtorno autista), Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e TGD (não especificado) pela categoria geral "Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)". A síndrome desses subtipos (distúrbio autístico, síndrome de Asperger, distúrbio desintegrativo da infância e TGD não especificado) pela categoria geral "distúrbios do espectro do autismo" (TEA). A síndrome de Rett não faz mais parte desse sistema de classificação. Em vez de distinguir entre esses subtipos, a definição de diagnóstico do DSM-V (2014) especifica três níveis de gravidade dos sintomas, bem como o nível de apoio necessário.

O DSM-V (2014), por sua vez, substituiu os "Transtornos Globais de Desenvolvimento" pelo termo "Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)", onde a Síndrome de Asperger é eliminada. Nesta nova classificação, as deficiências na comunicação social (os problemas sociais e de comunicação são combinados); e comportamentos restringidos e repetitivos.

Para propósitos de melhor conscientizar sobre o autismo e a Síndrome de Asperger, existem duas definições que são comumente usadas pela comunidade em favor de pessoas com a condição de espectro do autismo. Neste aspecto, de acordo com Silva (2012) o autismo é uma condição de vida caracterizada por peculiaridades nas áreas de comunicação, socialização, uso

de objetos, processo de pensamento e integração sensorial. Todas essas características se manifestam antes dos três primeiros anos de idade e variam conforme o indivíduo cresce. Cada pessoa com autismo é diferente e apresenta habilidades e desafios de uma maneira particular, é por isso que hoje falamos sobre o espectro autista.

Já a Síndrome de Asperger é uma condição de vida caracterizada pela presença de peculiaridades nas áreas de comunicação, socialização, uso de objetos, processos de pensamento e integração sensorial. Serra (2018) defende a concepção de que através de um programa educacional de acordo com suas necessidades e disposição da família, escola e sociedade poderão ser capazes de desenvolver todas as suas habilidades para conseguir uma adaptação adequada em seu meio social.

Algumas características a serem consideradas como possíveis indicadores do autismo são, de acordo com Whitman (2015), ter dificuldade com o contato visual com outras pessoas, mostrar pouca linguagem corporal ou facial ao interagir, ter dificuldade em desenvolver relacionamentos com colegas e também parecer desinteressado em compartilhar experiências.

Whitman (2015, p. 79) elenca, ainda, outras características em que é possível ao professor identificarem um aluno autista:

- Participar pouco nas interações sociais de dar e receber com cuidadores, irmãos e outros relacionamentos íntimos.
 - As vezes eles mostram pouco interesse em outras crianças.
 - Eles não entendem sutilezas sociais.
 - Tem dificuldade em iniciar ou continuar uma conversa.
 - Repetem frases ou palavras (ecolalia).
 - Falam em tom monótono, ou seja, a entonação não varia.
 - Mostram interesse em poucos objetos (ou parte deles) ou atividades.
 - Realizam rotinas repetitivas e resistem a mudanças nessas rotinas.
- Passam um bom tempo com movimentos repetitivos (como agitar as mãos, balançar-se ou girar).
- Ocasionalmente, eles podem parecer que estão ausentes.
 - Alteração sensorial (desconforto sonoro, limiar de dor mais alto, intolerância a certas texturas, cores, sabores, cheiros, etc.).

A avaliação diagnóstica deve ser realizada de forma abrangente e inclui uma avaliação ampla, que deve definir as terapias necessárias à criança, bem como as sugestões para trabalhar na sala de aula.

Todas as crianças se comunicam, embora nem sempre através da linguagem verbal. Cada uma tem maneiras diferentes de se expressar, algumas delas são consideradas inapropriadas, como gritos, sons guturais, ecolalia, birras, choros ou risadas. Existem crianças com TEA que podem se comunicar adequadamente por outros meios, como bilhetes, tabletes, sinais, comunicadores, linguagem corporal em geral, entre outras formas de comunicação.

De acordo com Cunha (2016), geralmente os pais que decidem começar a educar seus filhos diagnosticados dentro do espectro autista, se aproximam do diretor da instituição escolar para solicitar relatórios sobre a escola, bem como relatar o diagnóstico de seus filhos e solicitar o apoio deles para que a criança possa ser matriculada.

Não obstante, as escolas públicas regulares devem representar as opções imediatas e próprias do ambiente das crianças. O que favorece não apenas a inclusão educacional, mas social.

As crianças com TEA têm o direito de serem incluídas e cuidadas de acordo com sua condição em todas as escolas públicas. Cunha (2016) explica que a escola regular representa um espaço de oportunidade para elas, um lugar onde elas desenvolverão e aprimorarão suas habilidades de independência, autonomia, conhecimento escolar, destreza física e socialização. Para o aluno com autismo ou Asperger, ir à escola é um novo desafio, um espaço para explorar ao qual se deve adaptar até certo ponto e, portanto, deve se preparar para a entrada, assim como a escola se prepara para recebê-la e atendê-la.

Esse aspecto está na mesa de debate de maneira sustentada, embora os avanços alcançados sejam extremamente mornos e pontuais. A realidade nos diz que pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) são segregadas e excluídas do sistema social quase por norma e por extensão, assim como suas famílias.

Esse problema é uma notícia triste e não parece atingir profundidade suficiente nas instituições responsáveis por sua solução. No entanto, houve um grande progresso em outros transtornos ou deficiências, por que não é esse o caso das pessoas com TEA?

Desde que o impulso da inclusão educacional começou nos anos 1990 até hoje, grandes especialistas trabalharam duro para fornecer diretrizes, modelos e sistemas – todos eles possíveis – para que a educação dê o salto final em direção a um conceito de sociedade inclusiva, onde há espaço para todos. Mas, apesar dessa grande profusão de protocolos, modelos, práticas, leis, entre outros, ainda não se tornou um modelo. Orrú (2012) diz que as desculpas são múltiplas, mas servem apenas para prolongar uma situação que seja confortável para muitos e terrível para alguns. Porque é assim que a situação parece ser entendida, que esse problema afeta alguns, e esse é um dos aspectos terríveis do dogma que atravessa os corredores dos parlamentos de diferentes governos. O que esses governantes parecem não perceber é que essa perpetuação de um modelo de exclusão é algo bastante perigoso.

Mas, enfocando os aspectos mais específicos dos Transtornos do Espectro do Autismo, Cunha (2016) lança, de forma básica, os aspectos mais óbvios desse terrível problema. Nas

peças com TEA existem muitas especificidades, embora a base genérica seja muito semelhante para todos, a realidade nos diz que cada pessoa é um mundo.

Whitman (2015) explica que ser socialmente incluído implica ser aceito pelo grupo majoritário e conviver com certo nível de harmonia com nossos pares, usando uma série de acordos sociais estabelecidos, compartilhando modelos de ação, embora em certos aspectos certas esquisitices possam ser paradoxalmente uma forma de superintegração reversa, ou seja, que certa raridade acaba gerando uma tendência social é comum vê-la no mundo da música, para dar um exemplo. Onde uma estrela musical gera uma tendência social em diferentes níveis. Mas, de qualquer forma, existe um modelo de transmissão de comunicação bidirecional que envolve essas novas tendências. Não é assim no autismo ou Asperger, este é o cavalo de batalha, a comunicação adequada com o meio social e, portanto, a inclusão natural nele.

A inclusão educativa visa ser um modelo em que o sistema escolar deve ser modificado para responder às necessidades de todos os alunos, em vez de os alunos terem que se adaptar ao sistema. Dito dessa forma, isso parece ser fantástico.

Imediatamente, esse conceito passou por uma metamorfose para adaptá-lo a interesses particulares. E o que é inclusão educacional hoje? Whitman (2015) diz que para um menino ou menina com autismo, é simplesmente ir a uma escola comum, onde, em maior ou menor grau, eles terão serão equipados com recursos humanos e materiais, às vezes haverá muitos, às vezes nenhum.

Essa metamorfose do modelo original também teria que alcançar a palavra em si; em vez de inclusão, teríamos que falar de incorporação, porque é isso que é feito, a criança é incorporada no meio e na boa sorte. Silva (2012) explica que a criança autista é forçada a sobreviver em um ambiente hostil, e é que a escola é um ambiente hostil, é claro que essa hostilidade do ambiente variará dependendo dos instrumentos e habilidades da criança.

Você conhece alguém que não bateu em você na escola? Eu não. É diferente que essa hostilidade social seja básica e fundamental para o correto desenvolvimento da criança, onde a hostilidade do ambiente (não temos um pai ou mãe ao nosso lado para nos ajudar) também faz parte do processo educacional. Mas a criança com autismo ou Asperger não tem essa capacidade inata de ser empática, adaptativa, social e, portanto, você precisa ajudá-la (SILVA, 2012, p. 67).

Nas pessoas autistas, tudo é específico, individual, pessoal e paradoxal, dessa forma tentamos normalizar a vida da criança para adaptá-la ao ambiente, embora todo o trabalho que precisa ser feito deva ser específico e individual. E isso nos leva aos instrumentos que a criança necessita para poder enfrentar esse grande passo de sua vida, um passo destinado a modelar o

crescimento social da pessoa. Neste aspecto voltamos novamente à individualidade necessária para viver na pluralidade.

Em repetidas ocasiões tem-se insistido na importância de diferenciar os aspectos sócio-sanitários (terapias) dos aspectos socioeducativos (escolaridade); para Whitman (2015), eles não são os mesmos, embora também não se pretenda estabelecer um dogma sobre esse assunto. Não podemos afirmar que uma criança com autismo que tenha um baixo nível de comunicação, resposta social ou interação com seus colegas seja incluída socialmente na escola se não houver resposta positiva do grupo social majoritário. Deve haver um esforço de ambos os lados para estabelecer a estrutura social válida que gera essa conexão entre a criança com TEA e seus colegas de escola.

Tanto no autismo quanto em Asperger, somos obrigados a dar às crianças ferramentas e preparação para poderem se incluir, porque assim permitirá a seguinte declaração:

Quem é obrigado a se incluir socialmente é a criança com TEA, que é obrigado a dar o passo é a criança com TEA, os outros não o farão, o que podemos – e devemos – é conseguir com o grupo majoritário é conscientizar, educar sobre diversidade, mas não devemos esquecer que são crianças e adolescentes, não uma equipe de terapeutas profissionais. Se educarmos o restante das crianças na aceitação da diversidade, prepararemos o campo para ter uma boa colheita, mas quem deve semear não é o campo, é o agricultor e, nesse caso, o agricultor é a criança com TEA. A qualidade da formação do nosso "agricultor" será diretamente proporcional à qualidade da "colheita" (WHITMAN, 2015, p. 104).

E aqui vem o processo de formação para a sociedade. O papel da escola não é dar terapia à criança com autismo; o papel da escola é fazer parte do processo educacional da criança.

Chiote (2015) esclarece que a escola faz parte da terapia, mas não é a terapia em si. Em uma escola, podemos encontrar ótimos profissionais que trabalham com a criança para obter resultados escolares, melhorar suas habilidades de comunicação, sociabilidade, entre outros que fazem parte do desenvolvimento, mas não é seu papel dar terapia, eles são educadores, não especialistas em cuidados iniciais.

Com isso, faz-se necessário isentar os educadores de certo nível de responsabilidade, sobre quem toda a responsabilidade pelo desenvolvimento da criança parece recair, e isso é um erro. A criança com autismo deve receber cuidados iniciais de qualidade que a preparem para o processo educacional (e, portanto, social) de seu desenvolvimento. Não podemos esperar que a escola assuma responsabilidades que não são de sua responsabilidade, mas devemos exigir que ela assuma plenamente as que são de sua competência. Talvez aqui esteja o cerne da questão, quem deve fazer o quê.

A Escola Educação Especial é uma instituição educacional voltada especificamente para o atendimento de alunos com diferentes tipos de deficiências, como auditiva, visual,

intelectual, autismo, física e múltipla. Oferecem ensino adaptado às características individuais dos estudantes, respeitando suas habilidades e limitações. Diferente das escolas regulares, onde a inclusão busca integrar esses alunos em turmas comuns. Com o suporte necessário, as escolas especiais oferecem um ambiente estruturado exclusivamente para o desenvolvimento dessas crianças e jovens.

O ensino nessas instituições é apoiado por uma equipe de profissionais especializados, como professores de educação especial, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. Esse suporte integral é essencial para o desenvolvimento global do aluno. Oferecem ambientes físicos e pedagógicos acessíveis, com materiais didáticos, recursos tecnológicos e adaptações físicas que facilitam o aprendizado e a participação ativa dos alunos. Além do conteúdo acadêmico, as escolas de educação especial têm como objetivo promover o desenvolvimento social, emocional, motor e cognitivo dos alunos. Atividades voltadas para a autonomia, a comunicação e as habilidades de vida prática são comuns.

De acordo com Whitman (2015), se tivermos uma criança de quatro anos de idade, recentemente diagnosticada com autismo, e a levamos para uma escola para passar no estágio infantil (creche e berçário) em uma escola onde podemos ter apoios adequados, não alcançaremos o objetivo real, que é preparar a criança para todo o seu processo posterior.

Whitman (2015) reflete, ainda, que a escola não é um centro de atenção primária, no qual uma criança vai tendo intervenção individualmente, onde realizará avaliações de suas habilidades do ponto de vista específico do autismo, pois não se projeta planos de intervenção focados nas necessidades específicas da criança.

É muito importante termo específico, porque é assim que cada criança precisará de um modelo individual de trabalho. Muitas vezes não é na escola onde isso será feito, mas insistimos que é o lugar da criança.

Neste aspecto, no caso da criança com autismo, é algo semelhante, o que devemos dar a ele são as ferramentas e habilidades que lhe permitem circular pelo ambiente, reduzir a “cegueira” comunicativa e social para que possa aprender a se movimentar no ambiente, apesar das dificuldades ou de seus colegas tirar proveito de suas "deficiências" para fazer piadas. Mas, chega o dia em que a criança brinca no pátio com seus amigos, com mais ou menos habilidade, mas ele brinca. Chegará o dia em que um de seus colegas de escola o convidará para seu aniversário. Nesse dia, começará a ser incluído socialmente. Podemos ter os melhores profissionais do mundo, mas, no final, o que queremos é que brinquem e joguem com seus companheiros de equipe naturalmente e não seja induzido. Queremos que seja incluído; se obtiver notas extraordinárias ou infelizes, isso é outra questão.

Assim, compreendemos que a maior conquista escolar de uma criança com autismo não é que ela receba honras em matemática (ou seja o que for), sua maior conquista é ter amigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar e social de pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo não é fácil e também requer a ajuda de muitos, desde o envolvimento da família até todos os profissionais que trabalham com eles.

Todo esse acúmulo de trabalho ajudará a criar uma sociedade melhor, o paradoxo de tudo isso é que a inclusão deve ser social e não educacional, mas para chegar lá, precisamos começar nas escolas.

Mas, também é responsabilidade de todos pretenderem coisas possíveis, mantendo sempre atenção. Cabe, também, aos professores e à equipe escolar se manterem reflexivos e atenciosos com a diversidade. Porém, fala-se muito sobre inclusão na Educação Infantil, consideramos que filosoficamente é precioso, é realmente uma tarefa delicada e precisa.

A existência das Escolas de Educação Especial reafirma o valor da diversidade na educação e a necessidade de atender às diferentes formas de aprender. Elas reconhecem que todos os alunos têm direito a uma educação que respeite suas singularidades. Garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade, que promova seu desenvolvimento integral e sua inclusão na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/dir_tea.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil**: trabalhando a mediação pedagógica – 2. ed. RJ: ed. Wak, 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar-ideias e práticas pedagógicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. DSM-V [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli [et al.]. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

ORRÚ, Silvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação**: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2012.

SERRA, Dayse. **Alfabetização de alunos com TEA**. V.1. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Nupes editora, 2018.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular**: entenda o Autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

WHITMAN, Thomas L. **O desenvolvimento do Autismo**: social, cognitivo, linguístico, sensório-motor e perspectivas biológicas. São Paulo: M. Books, 2015.